

Crise de representação política

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje, 19 de fevereiro de 2008

Representação política, segundo Hanna Pitkin (“El concepto de representación”, Madrid, 1985) refere-se ao ato mediante o qual um representante atua em nome de um representado para a satisfação, pelo menos em teoria, dos interesses destes, ou seja “a representação aqui significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles”(p.209).

Assim considerado, os representantes devem ter o direito e a possibilidade de controlar e exigir responsabilidades aos representantes, através de mecanismos institucionalizados, que não se restrinja exclusivamente às eleições periódicas.

A representação política, como diz Juan Carlos Monedero (“Representación política”, 2002) está ligada a idéia de controle e responsabilidade do representante: o representante o é porque se submete à fiscalização de seus representados. “O eleito deve atuar com responsabilidade quanto às exigências da cidadania que o sustenta, devendo fazer com que sejam cumpridas as exigências normativas dessa sociedade, de maneira que, se não são satisfeitas, lhe será retirada a confiança”.

No entanto, como se observa, mesmo nas democracias consolidadas, os representantes, em geral, não representam os interesses daqueles pelos quais foram eleitos. Ao mesmo tempo, não há canais institucionais que permitam o controle efetivo dos representantes pelos representados (ou, se existem, não são utilizados devidamente), se circunscrevendo, basicamente, às eleições periódicas, em que os representados têm apenas a possibilidade de não renovar os mandatos dos que foram eleitos.

Luis Felipe Miguel, ao discutir a crise da representação política nas democracias ocidentais embora diga inicialmente que “uma afirmação tão genérica – crise disseminada de representação política em novas e velhas

democracias – é de difícil comprovação” - crê que ela se sustenta sobre três conjuntos de evidências: o declínio do comparecimento eleitoral; a ampliação da desconfiança em relação às instituições, (medidas por surveys) e o esvaziamento dos partidos políticos. Para o autor, os dados mais objetivos dizem respeito ao primeiro ponto: o aumento da quantidade de abstenções comparativamente às duas primeiras décadas do pós-guerra e a tendência à redução do comparecimento às urnas.

De fato, são aspectos relevantes. Os dados relativos à maioria dos países da Europa, ou seja, as democracias eleitorais consolidadas, como França, Suíça, Áustria, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Austrália, Portugal e Espanha, por exemplo, mostram que os índices de participação eleitoral têm diminuído (fenômeno que vem se constando pelo menos desde o início dos anos 1990).

Além da diminuição na participação eleitoral, pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Eurobarómetro evidenciam a diminuição dos índices de confiabilidade nas instituições democráticas, especialmente nos partidos políticos. O que está presente também na América Latina, como mostra os dados do Instituto Latinobarómetro que analisa dados de pesquisas feitas em 19 países.

Marcos Novaro, no artigo “Crisis de representación, neopopulismo y consolidación democrática” (2004) afirma que a crise de representação política é uma tendência geral que afeta vários países do mundo. Um dos aspectos dessa crise é a ausência de vínculos de identificação entre governantes e governados, via partidos políticos. Estes perdem importância diante de outras formas de mediação, como o marketing político, no qual a televisão tem um papel destacado “agora a política se decide e se executa no âmbito massmediático onde atuam novos atores, através de mecanismos de mercadotecnia”.

Nos parece evidente que há, de fato, uma crise de representação política (basta verificar como isto se dá no Brasil, com todas as evidentes distorções da representação), e dos partidos políticos, enquanto instâncias de mediação e representação. Isto não significa, no entanto, negar a importância nem da política nem dos partidos e tampouco deixar de reconhecer que o sentimento

antipartido, é usado de forma eficiente por oportunistas que apelam para o antipartidismo (e mesmo a antipolítica) como forma de angariar simpatias junto aos “descrentes”. Mas também não se pode desconsiderar que a política, como diz Ricardo Antunes “concebida e praticada ao modo tradicional, encontra-se no fundo do poço. Do descrédito total dos partidos e do parlamento (...) há bons indícios que justificam a descrença total nos caminhos da política”(“voto nulo?”, 2006).

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br